

## **Relatório CASES**

### **Cooperativas em Municípios do Interior**

## Índice

1. Nota Introdutória .....	3
2. Municípios classificados como Territórios do Interior .....	4
2.1. Características dos Municípios do Interior .....	5
3. As Cooperativas em Municípios do Interior .....	10
3.1. Ramo Agrícola .....	13
3.2. Ramo dos Serviços.....	15
3.3. Ramo da Cultura.....	16
3.4. Ramo da Solidariedade Social.....	17
3.5. Ramo de Crédito .....	18
3.6. Outros Ramos.....	20
Anexo 1 .....	22
Anexo 2 .....	26

## Índice de Figuras

<b>Figura 1</b> - Municípios classificados como Territórios do Interior .....	5
<b>Figura 2</b> – População Residente em Municípios do Interior em 2015 e 2017.....	6
<b>Figura 3</b> – Taxas de variação de População Residente entre 2015 e 2017 .....	7
<b>Figura 4</b> – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%) em Municípios do Interior, 2015 e 2017.....	8
<b>Figura 5</b> - Taxas de variação dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional de Municípios do Interior, entre 2015 e 2017.....	9
<b>Figura 6</b> - Cooperativas em Municípios do Interior, 2017 .....	11
<b>Figura 7</b> – Distribuição das Cooperativas em municípios classificados como Municípios do Interior por Ramo Cooperativo, 2017 .....	12
<b>Figura 8</b> - Cooperativas em Municípios do Interior, excluindo cooperativas Agrícolas e de Crédito, 2017 .....	13
<b>Figura 9</b> - Cooperativas do Ramo Agrícola em Municípios do Interior, 2017.....	14
<b>Figura 10</b> - Cooperativas do Ramo dos Serviços em Municípios do Interior, 2017 .....	15
<b>Figura 11</b> - Cooperativas do Ramo da Cultura em Municípios do Interior, 2017 .....	16
<b>Figura 12</b> - Cooperativas do Ramo da Solidariedade Social em Municípios do Interior, 2017.....	18
<b>Figura 13</b> - Cooperativas do Ramo do Crédito em Municípios do Interior, 2017 .....	19
<b>Figura 14</b> - Número de cooperativas em Municípios do Interior e quantidade de municípios onde se encontram por Ramo Cooperativo, 2017 .....	20
<b>Figura 15</b> – Peso relativo do número de cooperativas, trabalhadores e volume de negócios em Municípios do Interior face ao resto do país por Ramo Cooperativo, 2017 .....	20

## 1. Nota Introdutória

Este relatório tem por objetivo identificar a presença de cooperativas em municípios de Baixa Densidade ou, conforme designação mais recente, Territórios do Interior definidos pela **Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020)**, excluindo, por conseguinte, as freguesias também identificadas nesse âmbito.

Esta análise utilizou como referência todas as cooperativas ativas em Portugal Continental registadas em 2017 no Portal de Credenciação da CASES, designadamente, **1566** cooperativas, não constituindo, conseqüentemente, uma representação exaustiva de todas as cooperativas existentes no país nesse ano.

Porém, dois estudos separados do INE (com colaboração da CASES) concluíram que existiam em Portugal 2.343 cooperativas em 2016 (Conta Satélite de Economia Social de 2019) e 2.012 cooperativas em 2018 (Questionário para o Setor da Economia Social - 2018). Supondo que o número de cooperativas em 2017 estivesse entre esses números (o que é extremamente plausível), isso significa que as informações que a CASES aqui utiliza representam entre 66% a 77% do setor cooperativo português. O universo das cooperativas considerado neste relatório aproxima-se ainda mais da realidade das cooperativas ativas considerando, por um lado, que as cooperativas mais relevantes estão credenciadas pela CASES e que, por outro, devem ser excluídas dos números apurados pelos estudos do INE as cooperativas sediadas nas RA dos Açores e Madeira.

De notar igualmente que para o apuramento utilizado no presente relatório foi considerado o município sede da cooperativa. Existem cooperativas cuja atividade não se limita ao município da sede, pelo que poderão existir municípios onde não é assinalada a existência de cooperativas pese embora possam estar aí presentes.

Por último, importa salientar que nem todas as cooperativas registadas no Portal de Credenciação da CASES apresentaram dados socioeconómicos pelo que os indicadores de emprego e atividade económica estão subavaliados.

## 2. Municípios classificados como Territórios do Interior

A Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria (CIC Portugal 2020) através da **Deliberação n.º 23/2015**<sup>1</sup>, de 26 de março, alterada pela **Deliberação n.º 55/2015**<sup>2</sup>, de 1 de julho, e mais recentemente retificada pela **Deliberação n.º 20/2018**<sup>2</sup>, de 12 de setembro, aprovou, nos termos e para os efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do **Decreto-Lei n.º 137/2014**<sup>2</sup>, de 12 de setembro, a lista de Municípios, elaborada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses de Municípios, classificados como sendo de **Baixa Densidade** e Freguesias de Baixa Densidade em Municípios não classificados como tal, para efeitos de aplicação de medidas de discriminação positiva no âmbito do Portugal 2020.

O Portugal 2020 e os seus Programas Operacionais assumem o objetivo de reconhecer um tratamento diferenciado aos territórios de Baixa Densidade através de três distintas modalidades: i) abertura de concursos específicos, ii) critério de bonificação na apreciação de candidaturas e iii) majoração da taxa de apoio.

Mais tarde, no âmbito do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), foram delimitadas por portaria do Ministro-Adjunto<sup>3</sup> áreas territoriais beneficiárias, sendo que decorrente dessa mesma portaria, essas áreas, ainda que coincidentes com os territórios de baixa densidade da deliberação CIC n.º 55/2015, passam a designar-se por **Territórios do Interior**.

O PNCT elenca mais de cento e sessenta medidas, maioritariamente de iniciativa governamental, e uma Agenda para o Interior que integra oito Iniciativas de carácter temático<sup>4</sup>.

Importa salientar que não existe uma classificação legal única para o conceito de território de baixa densidade ou do interior, sendo que para efeitos de regulamentação do Portugal 2020, e mais tarde também aplicável ao PNCT, foi adotada uma abordagem multicritério para identificação destes territórios que inclui indicadores como a densidade populacional, a demografia, o povoamento, as características físicas do território, as características socioeconómicas e acessibilidades.

Deste modo, na sequência da aplicação destes critérios o âmbito territorial dos Territórios do Interior inclui 165 dos 278 municípios em Portugal Continental (e também 74 Freguesias, não consideradas nesta análise), distribuídos por 21 das 23 NUT III, com uma área global que perfaz

---

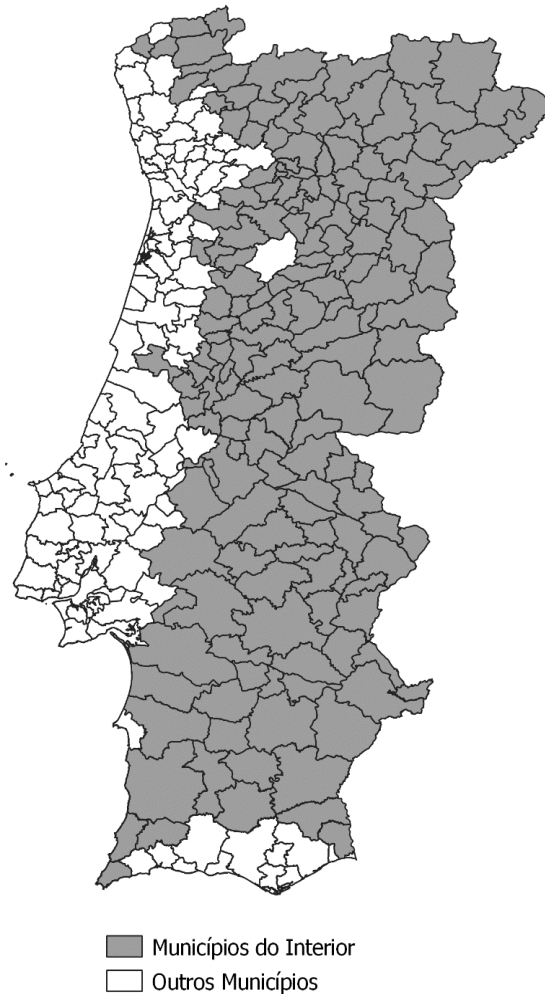
<sup>1</sup> Disponível em: <http://centro.portugal2020.pt/index.php/orientacoes-nacionais?layout=columns>

<sup>2</sup> Disponível em: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/56747378/details/maximized>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://dre.pt/home/-/dre/107684448/details/maximized>

<sup>4</sup> Para mais informação consultar: <http://www.pnct.gov.pt/programa/>

quase 70% do território nacional, conforme é visível na figura abaixo (lista de municípios em **Anexo 1** e, para consulta, lista de freguesias em **Anexo 2**):



**Figura 1** - Municípios classificados como Territórios do Interior (Fonte: CIC Portugal 2020)

## 2.1. Características dos Municípios do Interior

Como refere o relatório produzido pelo PNCT intitulado “O Interior em Números – Bases para um Diagnóstico”<sup>5</sup>:

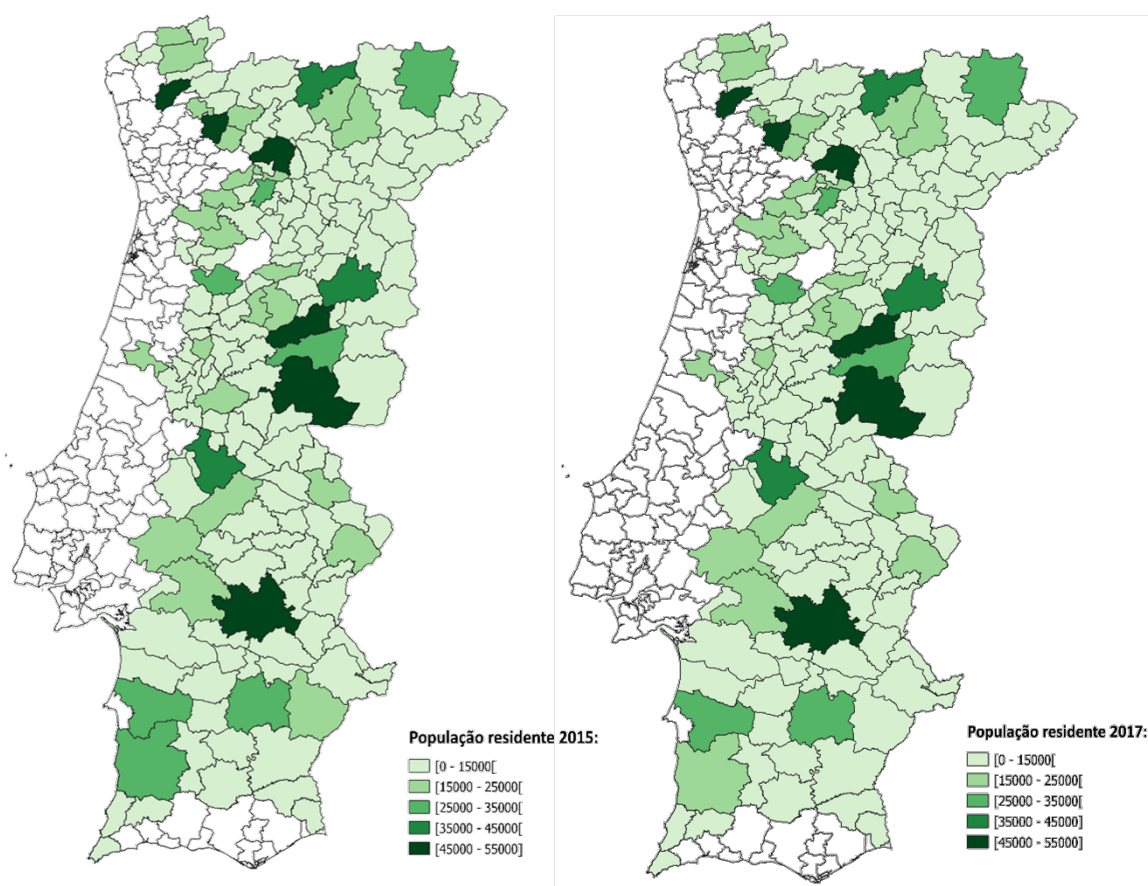
*“a designação atual dos concelhos do interior advém não apenas de aspetos demográficos, mas também económicos (escassez e fraca diversidade de atividades económicas, elevada taxa de desemprego), urbanos (insuficiente dimensão da maioria dos seus centros urbanos, mesmo os mais importantes), institucionais (reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade) e relacionais (fracas redes de parcerias e deficientes taxas de participação e envolvimento da população)”.*

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.pnct.gov.pt/diagnostico/>

Nesse sentido, as assimetrias regionais em Portugal deverão ser atribuídas a várias dimensões. A título exemplificativo, consideramos neste relatório a evolução da população e do desemprego nestes territórios.

Em 2015 a população residente em Portugal Continental era de 9.854.525 habitantes, sendo que apenas 20,2% residiam em municípios do interior. Em 2017, a população total residente em Portugal Continental sofreu um ligeiro decréscimo face a 2015, na ordem dos 0,6% (9.792.797 habitantes), observando-se também um ligeiro decréscimo da concentração de população nos municípios do interior – 19,8%.

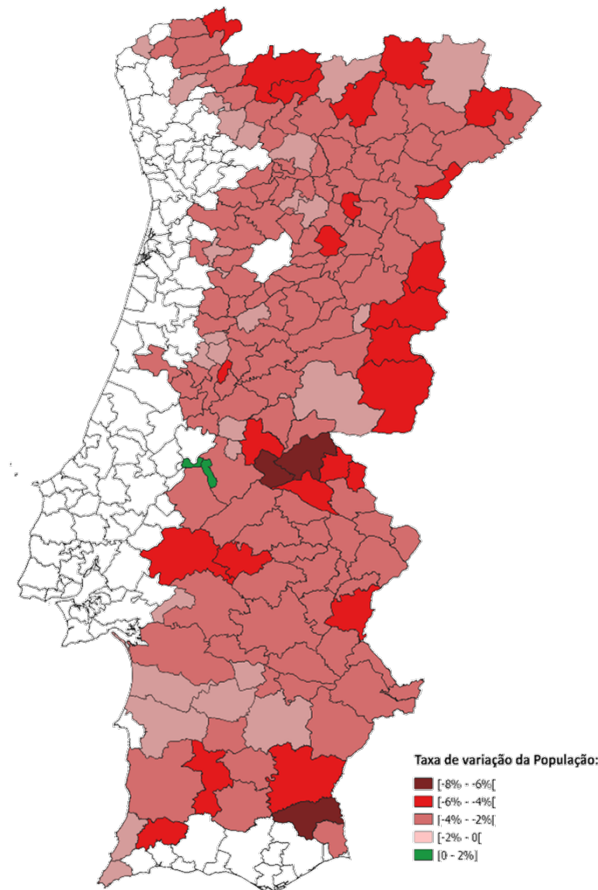
Verifica-se assim que o total de população residente nos municípios do interior reduziu entre 2015 e 2017 (na ordem dos 2,6%), o que se refletiu num maior número de municípios com menos de 15.000 habitantes - **Figura 2**. Simultaneamente, observa-se que o top 10 de municípios com menor número de residentes manteve-se em ambos os períodos<sup>6</sup>.



**Figura 2** – População Residente em Municípios do Interior em 2015 e 2017 (Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente) (Elaboração: CASES)

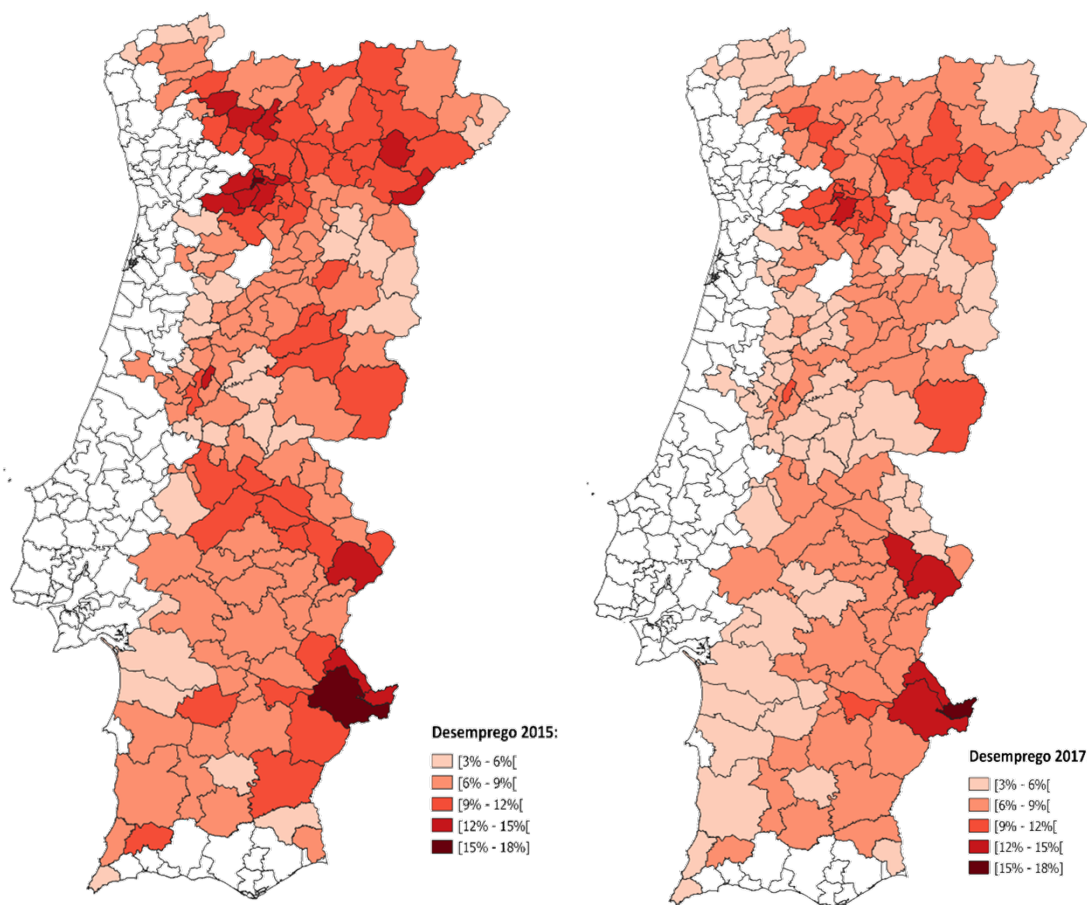
<sup>6</sup> Alcoutim, Alvito, Arronches, Barrancos, Castanheira de Pêra, Castelo de Vide, Fronteira, Monforte, Mourão e Penedono.

Importa também referir que apenas dois municípios do interior apresentaram um acréscimo de população entre 2015 e 2017, Vila Nova da Barquinha (1,2%) e Constância (0,1%) - **Figura 3**. Por seu turno, Alcoutim (-7,8%), Gavião (-6,7%) e Nisa (-6,6%) foram os municípios que perderam mais população.



**Figura 3** – Taxas de variação de População Residente entre 2015 e 2017 (%) (cálculos CASES)

No que concerne ao desemprego, observa-se que em 2015 74% dos municípios do interior tinham entre 6% a 12% da sua população residente com 15 a 64 anos inscrita nos centros de emprego e de formação profissional. Em 2017, 82% destes municípios apresentavam um número de desempregados inscritos no total de população em idade ativa residente entre 3% a 9%. (**Figura 4**)



**Figura 4** – Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional no total da população residente com 15 a 64 anos (%) em Municípios do Interior, 2015 e 2017 (Fonte: IEFP/MTSSS, INE - Estimativas Anuais da População Residente) (Elaboração: CASES)

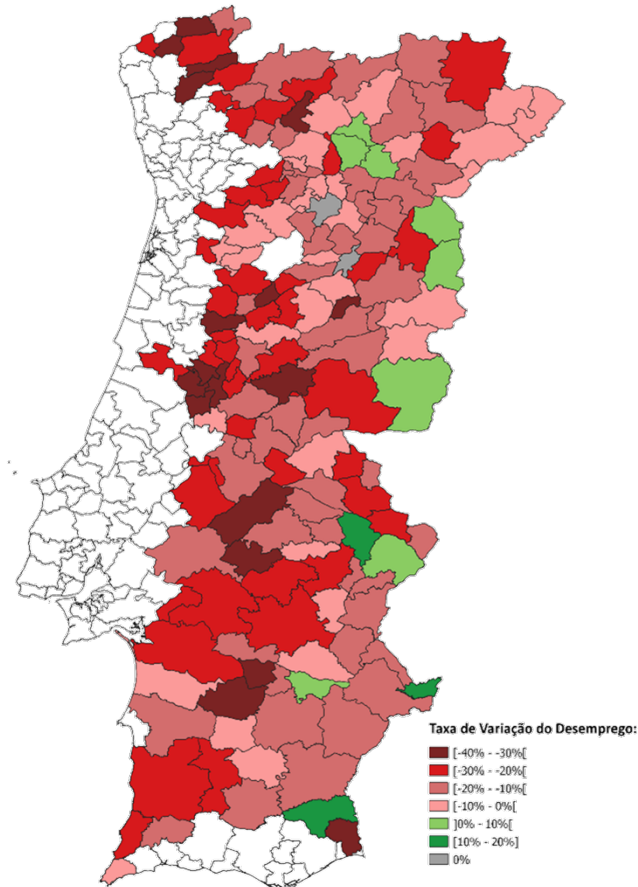
De notar também que seis municípios se mantiveram no top 10 de municípios com maior número de desempregados inscritos em proporção da sua população residente entre 15 a 64 anos<sup>7</sup>.

Constata-se igualmente que apenas 11 municípios terão apresentado um acréscimo no número de desempregados inscritos<sup>8</sup> (Figura 5), observando-se que, em média, o número de desempregados inscritos terá reduzido nestes municípios cerca de 16% ao passo que nos restantes municípios o número de desempregados inscritos terá reduzido em média 25%. Importa referir que nenhum município não classificado como sendo do interior apresentou um aumento do número de desempregados.

<sup>7</sup> Barrancos, Cinfães, Lamego, Mesão Frio, Moura e Mourão.

<sup>8</sup> Alcoutim, Alijó, Almeida, Barrancos, Carrazeda de Ansiães, Elvas, Figueira de Castelo Rodrigo, Idanha-a-Nova, Monforte, Murça e Vidigueira.





**Figura 5** - Taxas de variação dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional de Municípios do Interior, entre 2015 e 2017 (%) (cálculos CASES)

A evolução descrita poderá revelar um desenvolvimento positivo do emprego na generalidade dos territórios do interior. Contudo, importa salientar que a população residente nestes municípios também decresceu no mesmo período (-2,6%), conforme acima indicado, o que poderá ter contribuído para a redução do número de desempregados inscritos. Além disso, o desemprego neste período reduziu na globalidade do país pelo que o decréscimo observado nos territórios do interior poderá dever-se maioritariamente a este clima mais positivo e não a medidas concretas dirigidas a esses territórios.

Como referido anteriormente, a juntar às dimensões acima focadas devem ser também considerados outros constrangimentos que afetam sobretudo as zonas do interior, como o envelhecimento da população, um grande défice na reposição geracional, a fraca oferta de emprego, os baixos níveis de escolaridade da população ativa, o baixo empreendedorismo, os níveis críticos de infraestruturas e serviços e a redução da atividade económica, que obrigam a população a migrar, o que resulta na perda de capital humano e num ciclo vicioso de alteração das configurações territoriais.

### 3. As Cooperativas em Municípios do Interior

As cooperativas são pessoas coletivas autónomas, de livre constituição, de capital e composição variáveis, que, através da cooperação e entreatajuda dos seus membros, com obediência aos princípios cooperativos, visam, sem fins lucrativos, a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais daqueles.

As cooperativas, na sua constituição e funcionamento, obedecem a um conjunto de princípios cooperativos, que integram a declaração sobre a identidade cooperativa adotada pela Aliança Cooperativa Internacional, nomeadamente: Adesão voluntária e livre; Gestão democrática pelos membros; Participação económica dos membros; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Intercooperação; e Interesse pela comunidade

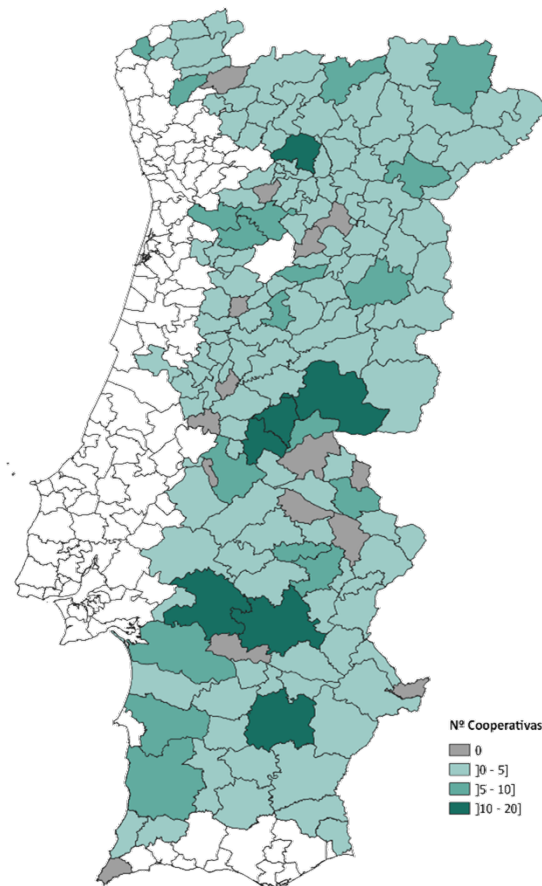
As cooperativas podem desenvolver qualquer tipo de serviço, operação ou atividade, existindo 12 ramos cooperativos nos quais estas entidades poderão ser enquadradas: Agrícola, Artesanato, Comercialização, Consumo, Crédito, Cultura, Ensino, Habitação e Construção, Pescas, Produção Operária, Serviços e Solidariedade Social. É admitida a constituição de cooperativas multissetoriais, ou seja que desenvolvem atividades de diversos ramos, mas cada cooperativa deve indicar no acto de constituição por qual dos ramos opta como elemento de referência, com vista à sua integração em cooperativas de grau superior.

Pelas suas características, este modelo empresarial, com mais de 150 anos, desempenha um papel essencial na criação de emprego e é um factor disseminador e potenciador da participação, da cidadania e do empreendedorismo, capaz de responder aos presentes desafios, colocando as pessoas no centro da ação, e não os lucros.

Em 2017, mais de um terço (36,0%) das cooperativas registadas no Portal de Credenciação da CASES tinham a sua sede num município do interior num total de **563 cooperativas**. Como fica evidente na figura abaixo (**Figura 6**) estas cooperativas dispersavam-se pela maioria dos territórios do interior, havendo apenas 15 municípios sem registos nesse Portal de Credenciação<sup>9</sup>. De destacar os concelhos de Proença-a-Nova, Évora, Montemor-o-Novo, Castelo Branco, Beja, Mação, e Vila Real, cada um com mais de 10 cooperativas cada.

---

<sup>9</sup> Alter do Chão, Barrancos, Constância, Ferreira do Zêzere, Marvão, Monforte, Nisa, Pedrógão Grande, Resende, Santa Comba Dão, Sátão, Sernancelhe, Terras de Bouro, Viana do Alentejo, Vila do Bispo.



**Figura 6** - Cooperativas em Municípios do Interior, 2017 (Fonte: CASES)

Este conjunto de cooperativas gerou em 2017 21,6% do total de emprego do sector cooperativo e 15,4% do total de volume de negócios (excluindo o Ramo do Crédito). Embora possam parecer proporcionalmente reduzidos, não só importa lembrar que estes valores estão subavaliados (nem todas as cooperativas registadas no Portal de Credenciação da CASES reportam informação socioeconómica), como também procurar relativizá-los face à economia nacional.

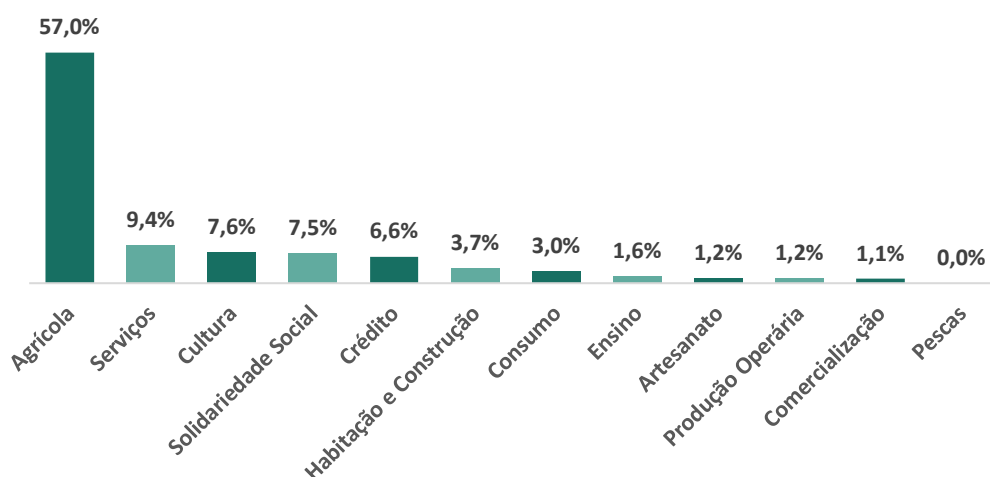
Assim, no que toca ao emprego, de notar que os dados mais recentes de população empregada por município remontam à informação recolhida nos Censos de 2011, o que dificulta uma comparação direta e atual. Contudo, se considerarmos estes dados como referência, observa-se que em 2011 os municípios do interior concentravam 18,3% de toda a população empregada em Portugal nesse ano. A julgar uma proporção idêntica em 2017, este valor será inferior ao observado no sector cooperativo.

Como forma de contornar os problemas de comparabilidade dos dados de emprego, é possível considerar como *proxy* o total de trabalhadores por contra de outrem por município em 2017.

Verifica-se que nesse ano os municípios do interior concentravam 13,8% dos trabalhadores por conta de outrem, mais uma vez, uma percentagem inferior à observada no sector cooperativo.

Por seu turno, em 2017 o volume de negócios das empresas não-financeiras distribuía-se ao nível dos municípios de forma bastante uniforme, observando-se que 224 municípios se situavam abaixo da média nacional (1.301 M€), nos quais se incluem todos os municípios do interior. Constatam-se ainda que os municípios do interior concentravam apenas 9,7% do volume de negócios gerado em Portugal. Nesse sentido é de salientar que o sector cooperativo no mesmo ano concentrava uma fatia relativamente maior da sua atividade nos municípios do interior que a economia nacional.

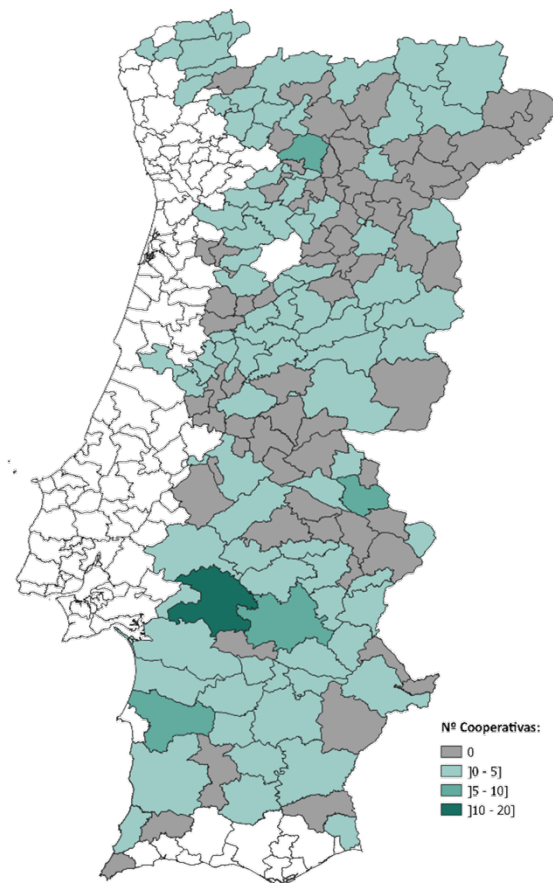
No que respeita às atividades desenvolvidas, e considerando apenas o ramo principal (**Figura 7**), é de salientar o peso das cooperativas Agrícolas que perfazem mais de metade de todas as cooperativas em municípios do interior. Seguem-se as cooperativas de Serviços (o que inclui atividades muito variadas, como rádios locais, atividades de turismo e serviços de transporte), de Cultura e Solidariedade Social.



**Figura 7** – Distribuição das Cooperativas em municípios classificados como Municípios do Interior por Ramo Cooperativo, 2017 (Fonte: CASES)

De notar também a representatividade das cooperativas de Crédito, havendo sempre apenas uma cooperativa desta natureza por município, sendo que, tendencialmente, estas cooperativas estavam representadas na maioria dos municípios de Portugal. Porém, têm ocorrido diversas fusões que levaram a que uma mesma caixa de crédito agrícola, sediada num único município, na realidade tenha uma área de influência maior.

Dada a proeminência de cooperativas Agrícolas, e considerando as características de fixação únicas das cooperativas de Crédito, importa compreender como este conjunto afeta a disseminação de cooperativas no território nacional. Nesse sentido, se excluídas as cooperativas Agrícolas e de Crédito sobe de 15 para 71 o número de municípios do interior sem cooperativas (**Figura 8**), especialmente municípios da região centro e norte, descendo para 205 o número de cooperativas em municípios do interior (menos 358 cooperativas).



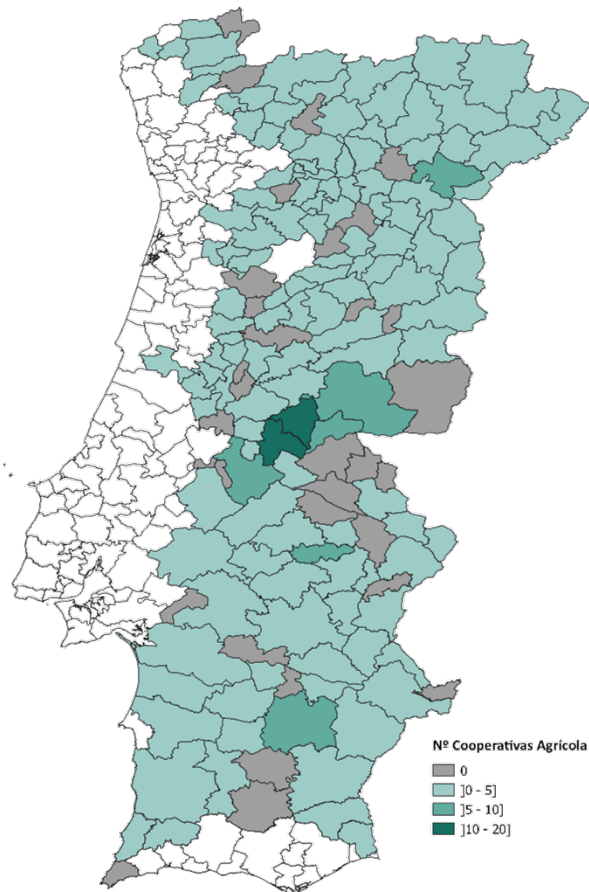
**Figura 8** - Cooperativas em Municípios do Interior, excluindo cooperativas Agrícolas e de Crédito, 2017 (Fonte: CASES)

Salienta-se Montemor-o-Novo como o único município com mais de 10 cooperativas após dedução do Ramo Agrícola e do Crédito.

### 3.1. Ramo Agrícola

O Ramo Agrícola constitui o mais diversificado conjunto de cooperativas do País, agrupando agricultores que representam os sectores produtivos e estrategicamente mais relevantes, entre eles a produção de leite, de vinho, de azeite e hortofrutícolas. Este ramo cooperativo é insubstituível no desenvolvimento e valorização das comunidades rurais, tendo igualmente um papel preponderante no desenvolvimento sustentável e na gestão ambiental.

Com 321 cooperativas dispersas por 133 municípios do interior, o Ramo Agrícola é o que mais se destaca neste tipo de municípios. Conforme é perceptível na **Figura 9** a região centro concentra o maior número de cooperativas agrícolas (44,9%), destacando-se os municípios de Proença-a-Nova (20) e Mourão (12). De salientar que 61,3% de todas as cooperativas Agrícolas registadas no Portal de Credenciação da CASES em 2017 estão sediadas em municípios do interior.



**Figura 9** - Cooperativas do Ramo Agrícola em Municípios do Interior, 2017 (Fonte: CASES)

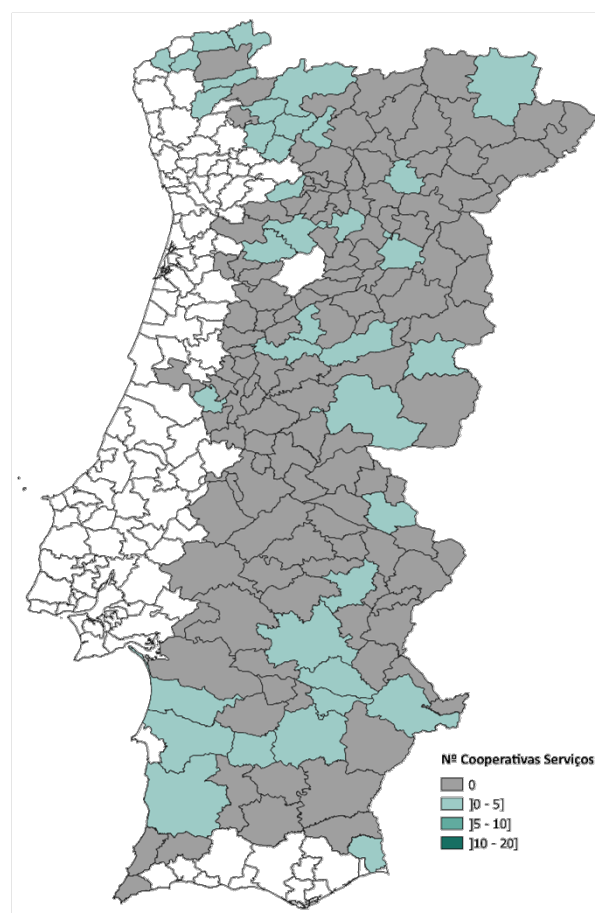
Estima-se que este grupo de cooperativas tenha empregado em 2017 37,8% de todos os trabalhadores do sector cooperativo em municípios do interior e, saliente-se, 34,5% do total de trabalhadores do Ramo Agrícola.

A presença proeminente deste ramo nos territórios do interior também é observável no volume de negócios gerado, que não só representou em 2017 94,1% do total de volume de negócios do sector cooperativo do interior, como também um quarto do volume de negócios gerado pelo Ramo Agrícola, ascendendo a cerca de 383,6 milhões de euros.

### 3.2. Ramo dos Serviços

O Ramo dos Serviços caracteriza-se pelo fornecimento aos seus membros ou a terceiros, de serviços que resultam de trabalho, intelectual ou manual. Pode, entre outras, desenvolver atividades nas seguintes áreas: transportes, aluguer de máquinas e equipamentos, assistência técnica e consultoria, distribuição, comunicações, exploração de estabelecimentos turísticos, hoteleiros e similares, seguros e outros serviços associados a atividades de solidariedade social.

Em 2017 53 cooperativas do Ramo dos Serviços tinham a sua sede em 37 municípios do interior (em particular na região norte), o que representou 23,0% de todas as cooperativas de Serviços registadas naquele ano no Portal de Credenciação (**Figura 10**).



**Figura 10** - Cooperativas do Ramo dos Serviços em Municípios do Interior, 2017 (Fonte: CASES)

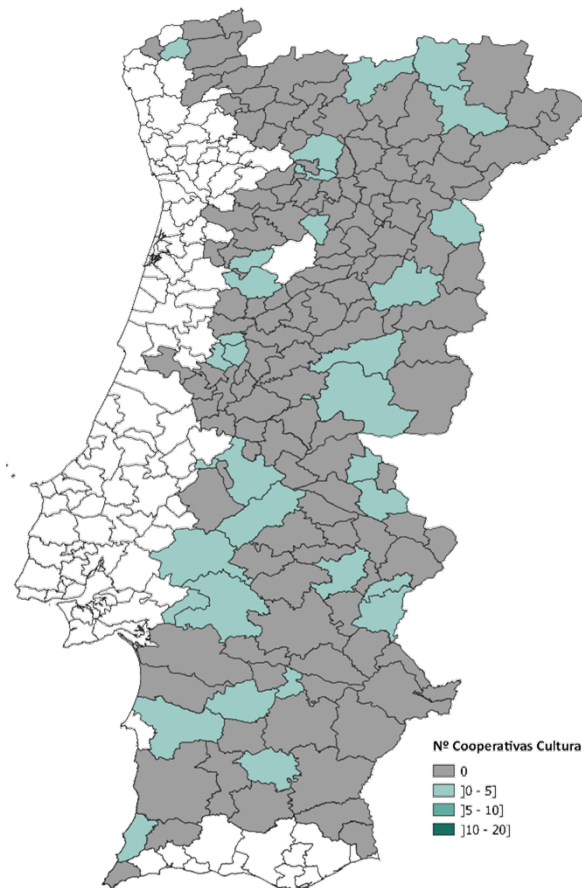
Estima-se que este grupo de cooperativas tenha empregado em 2017 3,1% de todos os trabalhadores do sector cooperativo em municípios do interior e 8,9% do total de trabalhadores do Ramo dos Serviços.

Estas cooperativas geraram 2,8% do volume de negócios deste ramo o qual inclui, como referido anteriormente, um conjunto variado de atividades que no conjunto dos municípios em análise estão sobretudo associadas a radiodifusão<sup>10</sup>, serviços de transporte e consultoria para a gestão.

### 3.3. Ramo da Cultura

As cooperativas incluídas no Ramo da Cultura centram a sua intervenção nas áreas de ação cultural, criatividade, difusão, informação, artes circenses, artes plásticas, editoras, atividades jornalísticas, bem como teatro, dança, orquestras sinfónicas e cooperativas de eventos culturais. Assumem desta forma um papel preponderante na valorização do património cultural nacional.

Este ramo detinha em 2017 43 cooperativas em 32 municípios do interior, representando um quarto de todas as cooperativas de cultura registadas naquele ano no Portal de Credenciação (Figura 11).



**Figura 11** - Cooperativas do Ramo da Cultura em Municípios do Interior, 2017 (Fonte: CASES)

<sup>10</sup> Fundamentalmente rádios locais criadas para servir um conjunto de utilizadores e não produtores de rádio.



Este grupo de cooperativas terá empregado em 2017 1,4% de todos os trabalhadores do sector cooperativo em municípios do interior e 7,4% do total de trabalhadores do Ramo de Cultura.

Estas cooperativas geraram 8,6% do volume de negócios deste ramo o qual inclui atividades maioritariamente associadas a radiodifusão<sup>11</sup> e teatro, música, dança e outras atividades artísticas e literárias.

### 3.4. Ramo da Solidariedade Social

O Ramo de Solidariedade Social engloba as cooperativas que têm por missão satisfazer necessidades sociais dos seus cooperadores, assim como promover a sua integração e apoio, nomeadamente: grupos vulneráveis, em especial a crianças e jovens, pessoas com deficiência e idosos; famílias e comunidades socialmente desfavorecidas;; situações de doença, velhice, deficiência e carências económicas graves; e no seu acesso à educação, formação e integração profissional.

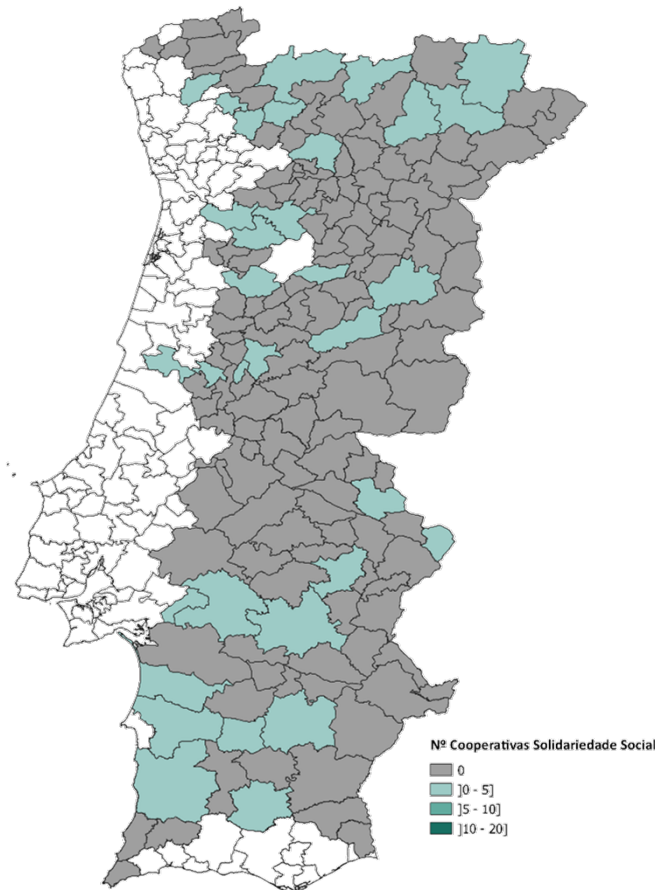
Segundo os dados do Portal de Credenciação da CASES em 2017 21.4% de todas as cooperativas deste ramo estão sediadas em municípios do interior, totalizando 42 cooperativas em 33 municípios (**Figura 12**).

Apesar de um número relativamente inferior de cooperativas em territórios do interior face a outros ramos, as cooperativas de Solidariedade Social empregaram em 2017 22,2% de todos os trabalhadores do sector cooperativo em municípios do interior e 20,9% do total de trabalhadores deste ramo.

Estima-se que este conjunto de cooperativas tenha sido responsável em 2017 por 13,0% total de volume de negócios do ramo de Solidariedade Social, o qual inclui principalmente atividades de apoio social sem alojamento (para idosos e pessoas com deficiência) e CERCIS (cooperativas de educação e reabilitação de cidadão inadaptados).

---

<sup>11</sup> Rádios locais de produtores de rádio, diferindo das que se encontram classificadas no Ramos de Serviços.

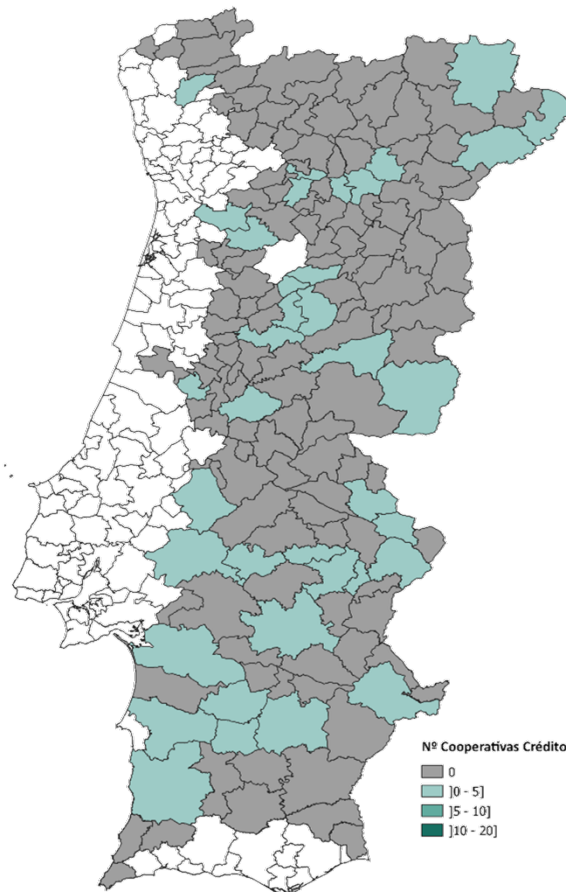


**Figura 12** - Cooperativas do Ramo da Solidariedade Social em Municípios do Interior, 2017 (Fonte: CASES)

### 3.5. Ramo de Crédito

As caixas de crédito agrícola mútuo são as únicas instituições de crédito em Portugal sob a forma cooperativa, exercendo funções de crédito agrícola em favor dos seus associados, bem como a prática dos demais atos inerentes à atividade bancária. Têm âmbito local e os principais cooperadores são as pessoas que na sua área de intervenção exerçam atividades produtivas, de transformação e comercialização nos sectores da agricultura, silvicultura, pecuária, caça, pesca, aquicultura, agro-turismo e indústrias extrativas, bem como ligadas ao artesanato.

Pelas suas características, não é surpreendente que a atividade destas cooperativas esteja intimamente relacionada com a atividade de cooperativas Agrícolas, as quais tem grande proeminência em municípios do interior. Nesse sentido, observa-se que 42,5% de todas as cooperativas de Crédito estão sediadas em territórios do interior, existindo 37 cooperativas de crédito agrícola mútuo em 37 municípios (**Figura 13**).



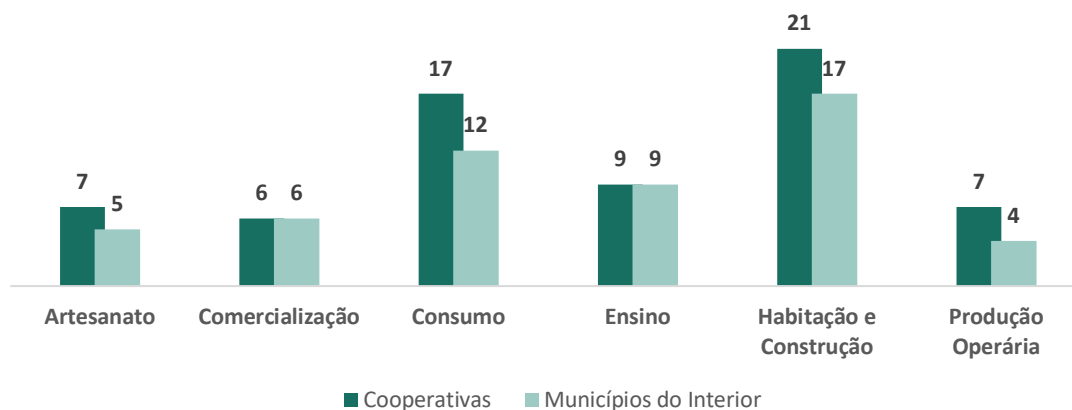
**Figura 13** - Cooperativas do Ramo do Crédito em Municípios do Interior, 2017 (Fonte: CASES)

Este ramo surge como o segundo maior empregador em municípios do interior concentrando 26,2% de todos os trabalhadores do sector cooperativo nesses territórios. Simultaneamente, este conjunto de cooperativas também concentra uma fatia importante de trabalhadores do Ramo do Crédito (36,8%).

Quanto à sua atividade, segundo dados do Portal de Credenciação da CASES, as cooperativas de Crédito em territórios do interior apresentavam em 2017 cerca de 5,95 mil milhões de euros de Ativo Total Líquido (aproximadamente um quarto do total de Ativo Líquido do Ramo do Crédito no mesmo ano).

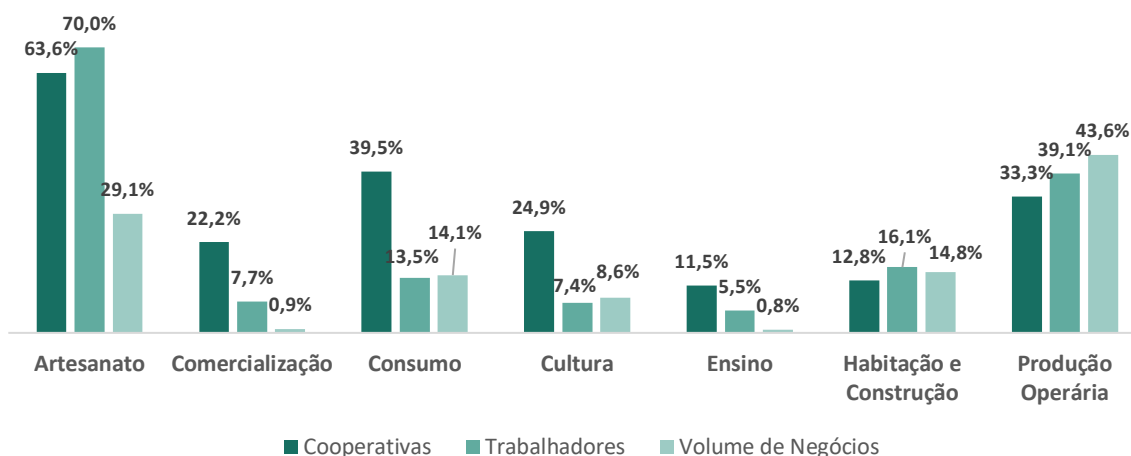
### 3.6. Outros Ramos

Os restantes ramos (Artesanato, Comercialização, Consumo, Ensino, Habitação e Construção e Produção Operária) apresentam isoladamente uma presença mais reduzida em municípios do interior, totalizando em conjunto 67 cooperativas em 46 concelhos distintos, destacando-se o Ramo da Habitação e Construção quer em número de cooperativas, quer em número de municípios onde estão presentes (**Figura 14**).



**Figura 14** - Número de cooperativas em Municípios do Interior e quantidade de municípios onde se encontram por Ramo Cooperativo, 2017 (Fonte: CASES)

Ademais, estes ramos concentraram em conjunto 10,6% dos trabalhadores e 3,8% do volume de negócios do sector cooperativo do interior em 2017. Separadamente, a importância relativa destas cooperativas para o ramo a que pertencem, quer em número de cooperativas, quer em termos de variáveis socioeconómicas, é bastante variável como demonstra a **Figura 15**.



**Figura 15** – Peso relativo do número de cooperativas, trabalhadores e volume de negócios em Municípios do Interior face ao resto do país por Ramo Cooperativo, 2017 (Fonte: CASES)

No âmbito do emprego são de destacar as cooperativas de ensino que, apesar do reduzido número nestes territórios (9 cooperativas em 9 municípios), empregaram em 2017 5,5% do total de emprego nesse ramo e, mais relevante ainda, 5,1% do total de emprego do sector cooperativo presente nesses municípios. De facto, o Ramo do Ensino, que gere estabelecimentos de ensino ligados sobretudo aos níveis superior, secundário e formação profissional, tem no total de cooperativas existentes no país um papel muito relevante enquanto criador de emprego, tendo sido responsável em 2017 por 19,9% de todo o emprego do sector cooperativo.

De salientar também as cooperativas de Artesanato que em 2017 reuniam em municípios do interior 63,6% do total de cooperativas deste ramo, 70,0% dos trabalhadores e 29.1% do volume de negócios. Apesar de existirem em reduzido número, estes valores revelam uma presença marcada deste tipo de cooperativas nos territórios do interior, cuja atividade, em 2017 maioritariamente relacionada com indústria do vestuário e fabricação de têxteis, é de extrema importância para a recuperação e manutenção de tradições e a valorização da cultura local.

De relevar igualmente o Ramo da Comercialização. Este ramo reuniu nos municípios do interior em 2017 apenas 0,9% do total de volume de negócios gerado por esse ramo, contudo, sendo o segundo ramo cooperativo com o maior volume de negócios no país, apenas precedido pelo Ramo Agrícola, observa-se que o mesmo ocorre quando comparando com o conjunto de cooperativas sediadas no interior. Assim, as cooperativas deste ramo geraram em 2017 em municípios do interior mais de 7,29 milhões de euros, 2 a 99 vezes mais que os restantes ramos (excluindo o Ramo Agrícola).

## Anexo 1

### Lista de 165 Municípios de Baixa Densidade ou Territórios do Interior

Distrito	Municípios
Aveiro	Arouca
Aveiro	Sever do Vouga
Beja	Aljustrel
Beja	Almodôvar
Beja	Alvito
Beja	Barrancos
Beja	Beja
Beja	Castro Verde
Beja	Cuba
Beja	Ferreira do Alentejo
Beja	Mértola
Beja	Moura
Beja	Odemira
Beja	Ourique
Beja	Serpa
Beja	Vidigueira
Braga	Cabeceiras de Basto
Braga	Celorico de Basto
Braga	Fafe
Braga	Póvoa de Lanhoso
Braga	Terras de Bouro
Braga	Vieira do Minho
Braga	Vila Verde
Bragança	Alfândega da Fé
Bragança	Bragança
Bragança	Carrazeda de Ansiães
Bragança	Freixo de Espada à Cinta
Bragança	Macedo de Cavaleiros
Bragança	Miranda do Douro
Bragança	Mirandela
Bragança	Mogadouro
Bragança	Torre de Moncorvo
Bragança	Vila Flor
Bragança	Vimioso
Bragança	Vinhais
Castelo Branco	Belmonte
Castelo Branco	Castelo Branco
Castelo Branco	Covilhã
Castelo Branco	Fundão
Castelo Branco	Idanha-a-Nova

<b>Distrito</b>	<b>Municípios</b>
Castelo Branco	Oleiros
Castelo Branco	Penamacor
Castelo Branco	Proença-a-Nova
Castelo Branco	Sertã
Castelo Branco	Vila de Rei
Castelo Branco	Vila Velha de Ródão
Coimbra	Arganil
Coimbra	Góis
Coimbra	Lousã
Coimbra	Miranda do Corvo
Coimbra	Oliveira do Hospital
Coimbra	Pampilhosa da Serra
Coimbra	Penacova
Coimbra	Penela
Coimbra	Soure
Coimbra	Tábua
Coimbra	Vila Nova de Poiares
Évora	Alandroal
Évora	Arraiolos
Évora	Borba
Évora	Estremoz
Évora	Évora
Évora	Montemor-o-Novo
Évora	Mora
Évora	Mourão
Évora	Portel
Évora	Redondo
Évora	Reguengos de Monsaraz
Évora	Vendas Novas
Évora	Viana do Alentejo
Évora	Vila Viçosa
Faro	Alcoutim
Faro	Aljezur
Faro	Castro Marim
Faro	Monchique
Faro	Vila do Bispo
Guarda	Aguiar da Beira
Guarda	Almeida
Guarda	Celorico da Beira
Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo
Guarda	Fornos de Algodres
Guarda	Gouveia
Guarda	Guarda

<b>Distrito</b>	<b>Municípios</b>
Guarda	Manteigas
Guarda	Mêda
Guarda	Pinhel
Guarda	Sabugal
Guarda	Seia
Guarda	Trancoso
Guarda	Vila Nova de Foz Côa
Leiria	Alvaiázere
Leiria	Ansião
Leiria	Castanheira de Pêra
Leiria	Figueiró dos Vinhos
Leiria	Pedrógão Grande
Portalegre	Alter do Chão
Portalegre	Arronches
Portalegre	Avis
Portalegre	Campo Maior
Portalegre	Castelo de Vide
Portalegre	Crato
Portalegre	Elvas
Portalegre	Fronteira
Portalegre	Gavião
Portalegre	Marvão
Portalegre	Monforte
Portalegre	Nisa
Portalegre	Ponte de Sor
Portalegre	Portalegre
Portalegre	Sousel
Porto	Baião
Santarém	Abrantes
Santarém	Chamusca
Santarém	Constância
Santarém	Coruche
Santarém	Ferreira do Zêzere
Santarém	Mação
Santarém	Sardoal
Santarém	Vila Nova da Barquinha
Setúbal	Alcácer do Sal
Setúbal	Grândola
Setúbal	Santiago do Cacém
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez
Viana do Castelo	Melgaço
Viana do Castelo	Monção
Viana do Castelo	Paredes de Coura



<b>Distrito</b>	<b>Municípios</b>
Viana do Castelo	Ponte da Barca
Viana do Castelo	Vila Nova de Cerveira
Vila Real	Alijó
Vila Real	Boticas
Vila Real	Chaves
Vila Real	Mesão Frio
Vila Real	Mondim de Basto
Vila Real	Montalegre
Vila Real	Murça
Vila Real	Peso da Régua
Vila Real	Ribeira de Pena
Vila Real	Sabrosa
Vila Real	Santa Marta de Penaguião
Vila Real	Valpaços
Vila Real	Vila Pouca de Aguiar
Vila Real	Vila Real
Viseu	Armamar
Viseu	Carregal do Sal
Viseu	Castro Daire
Viseu	Cinfães
Viseu	Lamego
Viseu	Mangualde
Viseu	Moimenta da Beira
Viseu	Mortágua
Viseu	Nelas
Viseu	Oliveira de Frades
Viseu	Penalva do Castelo
Viseu	Penedono
Viseu	Resende
Viseu	Santa Comba Dão
Viseu	São João da Pesqueira
Viseu	São Pedro do Sul
Viseu	Sátão
Viseu	Sernancelhe
Viseu	Tabuaço
Viseu	Tarouca
Viseu	Tondela
Viseu	Vila Nova de Paiva
Viseu	Vouzela

## Anexo 2

### Freguesias de Baixa Densidade/do Interior em municípios que não são de Baixa Densidade/do Interior

Distrito	Municípios	Freguesias
Aveiro	Águeda	União das freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira do Vouga e Agadão
Aveiro	Águeda	União das freguesias do Préstimo e Macieira de Alcoba
Porto	Amarante	Ansiães
Porto	Amarante	Candemil
Porto	Amarante	Gouveia (São Simão)
Porto	Amarante	Jazente
Porto	Amarante	Rebordelo
Porto	Amarante	Salvador do Monte
Porto	Amarante	União das freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea
Porto	Amarante	União das freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei
Porto	Amarante	União das freguesias de Olo e Canadelo
Porto	Amarante	Vila Chã do Marão
Braga	Amares	Bouro (Santa Marta)
Braga	Amares	Goães
Braga	Amares	União das freguesias de Caldelas, Sequeiros e Paranhos
Braga	Amares	União das freguesias de Vilela, Seramil e Paredes Secas
Viana do Castelo	Caminha	Dem
Viana do Castelo	Caminha	União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João)
Viana do Castelo	Caminha	União das freguesias de Gondar e Orbacém
Aveiro	Castelo de Paiva	Real
Aveiro	Castelo de Paiva	União das Freguesias da Raiva, Pedorido e Paraíso
Coimbra	Condeixa-a-Nova	Furadouro
Braga	Guimarães	União das freguesias de Arosa e Castelões
Faro	Loulé	Alte
Faro	Loulé	Ameixial
Faro	Loulé	Salir
Faro	Loulé	União de freguesias de Querença, Tôr e Benafim
Porto	Marco de Canaveses	Várzea, Aliviada e Folhada
Santarém	Ourém	Espite
Santarém	Ourém	União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais
Santarém	Ourém	União das freguesias de Matas e Cercal
Santarém	Ourém	União das freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos
Leiria	Pombal	Abiul

<b>Distrito</b>	<b>Municípios</b>	<b>Freguesias</b>
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Anais
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Ardegão, Freixo e Mato
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Associação de freguesias do Vale do Neiva
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Bárrio e Cepões
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Beiral do Lima
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Boalhosa
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Cabaços e Fojo Lobal
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Cabração e Moreira do Lima
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Calheiros
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Estorãos
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Friastelas
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Gemieira
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Gondufe
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Labruja
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Labrujó, Rendufe e Vilar do Monte
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Navió e Vitorino dos Piães
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Poiares
Viana do Castelo	Ponte de Lima	Serdedelo
Leiria	Porto de Mós	São Bento
Santarém	Santarém	União das freguesias de Casével e Vaqueiros
Faro	Silves	São Marcos da Serra
Faro	Tavira	Cachopo
Faro	Tavira	Santa Catarina da Fonte do Bispo
Santarém	Tomar	Olalhas
Santarém	Tomar	Sabacheira
Santarém	Tomar	União das freguesias de Além da Ribeira e Pedreira
Santarém	Tomar	União das freguesias de Casais e Alviobeira
Santarém	Tomar	União das freguesias de Serra e Junceira
Aveiro	Vale de Cambra	Arões

<b>Distrito</b>	<b>Municípios</b>	<b>Freguesias</b>
Aveiro	Vale de Cambra	Junqueira
Viana do Castelo	Valença	Boivão
Viana do Castelo	Valença	Fontoura
Viana do Castelo	Valença	União das freguesias de Gondomil e Safins
Viana do Castelo	Valença	União das freguesias de São Julião e Silva
Viana do Castelo	Viana do Castelo	Montaria
Viseu	Viseu	Calde
Viseu	Viseu	Cavernães
Viseu	Viseu	Cota
Viseu	Viseu	Ribafeita
Viseu	Viseu	São Pedro de France
Viseu	Viseu	União das freguesias de Barreiros e Cepões